

# O poder global e a nova geopolítica das nações

José Luís Fiori

## Resumo

Este trabalho, dividido em três seções, tem por objetivo apresentar uma sistematização de questões-chave para o estudo das transformações mundiais desde a segunda metade do século XX, bem como para a análise da conjuntura internacional contemporânea, com o objetivo de tentar identificar as suas tendências de longo prazo. Na primeira seção, apresenta-se o debate sobre a formação dos Estados e as economias nacionais européias, apontando algumas de suas implicações sobre as relações entre poder, dinheiro e acumulação capitalista. Na seção seguinte, explicita-se o debate sobre a internacionalização do poder e do capital e o funcionamento do “sistema mundial”, apresentando em

## Abstract

*This work is divided into three sections, its purpose is to present a systematization on key issues to the study of world transformations since the second half of the 20th century, and the analysis of the contemporary international juncture with the objective of trying to identify its long-term trends. In the first section, a debate on the formation of the States and national European economies is presented, and its implications on power, money and capitalist accumulations are also pointed out. In the following section, the debate on internationalization of power, capital and the functioning of the “world-system” is explained. General lines are presented through three major schools of political economy thought: the impe-*

CvE

Año I  
Nº 2  
Primer  
Semestre  
2009

linhas gerais as três grandes escolas de pensamento da economia-política: a teoria do imperialismo, a teoria da “hegemonia mundial” e a teoria da *world-system*. Por fim, discute-se a dimensão prospectiva de tais premissas teóricas.

*rialism theory, the “world hegemony” theory and the world-system theory. Finally, the prospective dimension of such theoretical premises is discussed.*

### José Luís Fiori

Professor de Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutourou-se em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e fez pós-doutorado na Faculdade de Economia da Universidade de Cambridge.

*International Political Economy Professor at Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ph.D. in Political Science at Universidade de São Paulo (USP) and post-doctorate at Cambridge University, School of Economy.*

### Palavras-chave

1| Acumulação 2| Capitalismo 3| Sistema mundo 4| Estados 5| Economias Nacionais  
6| Guerra 7| Imperialismo 8| Poder

### Keywords

1| *Accumulation* 2| *Capitalism* 3| *World-system* 4| *States* 5| *National Economies*  
6| *War* 7| *Imperialism* 8| *Power*

### Como citar este artigo [Norma ISO 690]

FIORI, José Luís. O poder global e a nova geopolítica das nações. *Crítica y Emancipación*, (2): 157-183, primer semestre 2009.

# O poder global e a nova geopolítica das nações<sup>1</sup>

CyE  
Año I  
Nº 2  
Primer  
Semestre  
2009

## 1

A análise da conjuntura internacional contemporânea e o estudo das transformações mundiais da segunda metade do século XX nos levaram a uma longa viagem no tempo, até as origens do “sistema mundial moderno”<sup>2</sup>, com o objetivo de compreender suas tendências de longo prazo. Partimos das “guerras de conquista” (Contamine, 1992) e da “revolução comercial” (Pirenne, 1982; Lopez, 1976; Spufford, 2002; Le Goff, 2004) que ocorrem na Europa nos séculos XII e XIII para chegar a “transição para o capitalismo”, de Karl Marx (1988: Cap. 24), e ao “longo século XVI” (1450-1650) de Fernand Braudel (1987b), Immanuel Wallerstein (1974) e Giovanni Arrighi (1994), quando se formam os Estados e as economias nacionais e se inicia a vitoriosa expansão mundial dos europeus (Abernethy, 2000; Ferro, 1994). Como é sabido, na Europa – ao contrário dos impérios asiáticos –, a desintegração do Império Romano e, depois, do Império de Carlos Magno provocou uma fragmentação do poder territorial e um desaparecimento quase completo da moeda e da economia de mercado entre os séculos IX e XI (Elias, 1993). Mas a desintegração política e a atrofia econômica se revertiram nos séculos XII e XIII (Abu-Lughod, 1993), quando começaram os processos de centralização do poder territorial e de mercantilização da economia (Braudel, 1996b), que culminaram com a formação dos

JOSÉ LUÍS FIORI



1 Fuente: Fiori (2007b: 13-40). Agradeço a leitura atenta deste texto e os comentários rigorosos de Jorge Otávio Fiori, Maria da Conceição Tavares, Franklin Serrano, Carlos Medeiros, Paulo Eduardo Arantes, Claudia Vater, Andrés Ferrari e Eduardo Crespo. Sempre que possível, procurei incorporar suas sugestões, mas em alguns pontos, se mantiveram nossas divergências. E também aos meus alunos de pós-graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com os quais debato essas idéias há cerca de vinte anos.

2 Essa expressão ficou clássica com a obra de Immanuel Wallerstein (1974). Neste prefácio, entretanto, ela é utilizada para referir-se apenas ao período cronológico de que fala Wallerstein, entre os séculos XVI e XXI, sem ter as mesmas conotações teóricas do autor.

“Estados-economias nacionais” (Fiori, 2004) europeus<sup>3</sup>. Essa “pré-história” do “sistema mundial moderno” oferece um ponto de observação privilegiado das relações iniciais entre o poder, o dinheiro e a riqueza que se tornaram a especificidade e a grande força propulsora do “milagre europeu”. O estudo dessa “pré-história”, entretanto, nos levou a algumas conclusões que diferem – às vezes – dos autores de onde partimos.

Em sua história da formação da “economia-mundo europeia”, Braudel estabelece uma distinção fundamental entre os conceitos de “economia de mercado” e de “capitalismo” (Braudel, 1987a; 1996b: 403). Mais do que isso, ele defende a tese de que o capitalismo é o “antimercado”, porque o mercado é o lugar das trocas e dos ganhos “normais” e o capitalismo, o lugar da acumulação dos “grandes lucros” e dos “grandes predadores”<sup>4</sup>. Mas, apesar disso, em sua história da “economia-mundo mediterrânea” Braudel privilegia a evolução das trocas individuais e dos mercados e transmite a idéia de uma transição gradual – dentro do “jogo das trocas” – para o mundo das “altas engrenagens” do capital e do capitalismo. Marx, por sua vez, ao falar da “acumulação primitiva”, salienta a importância do “poder do Estado e da força concentrada e organizada da sociedade para acelerar o processo de transformação do regime feudal de produção, no regime capitalista” (Marx, 1988). Mas, ao mesmo tempo, ele afirma que a “biografia moderna do capital começa com o comércio e o mercado mundiais”. E isso se explica porque, de fato, a “violência do poder” aparece em seu raciocínio como uma condição histórica e não como uma dimensão teórica relevante da sua teoria do capital. E, mesmo em sua teoria do modo de produção capitalista, não existe espaço relevante para os conceitos de território, de nação e de competição e luta interestatal. Por isso, é tão difícil de compatibilizar a visão histórica de Marx sobre a “origem” e “acumulação primitiva” do capital com sua dedução teórica do valor e das leis da acumulação capitalista. Como é difícil de transitar, diretamente, da história do “jogo das trocas”, de Braudel, para sua teoria dos “grandes lucros” e dos “grandes predadores” capitalistas, sem a mediação do poder e das guerras que têm pouco destaque em sua história do nascimento europeu do capitalismo (Braudel, 1996a).

De nosso ponto de vista, entretanto, não há como explicar ou deduzir a necessidade da acumulação do lucro e da riqueza, a partir

3 Longo processo secular que avançou dentro da Europa a despeito da Peste Negra e da “epidemia da fome” que dizimaram quase metade da população europeia no século XIV.

4 “O capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando ele é o Estado” (Braudel, 1987a: 55).

do “mercado mundial” ou do “jogo das trocas” mesmo que os homens tivessem uma propensão natural para trocar – como pensava Adam Smith –, isso não implicaria necessariamente que eles também tivessem uma propensão natural para acumular lucro, riqueza e capital. Porque não existe nenhum “fator intrínseco” à troca e ao mercado que explique a decisão de acumular e a universalização dos próprios mercados. Pelo contrário, o comércio sempre existiu em todos os tempos, mas, durante a maior parte da história, sua tendência natural foi manter-se no nível das necessidades imediatas ou da “circulação simples” e só se expandir de forma muito lenta e secular. Mesmo depois da “remonetização” da economia europeia (a partir do século XII), o comércio permaneceu, por longos períodos, restrito a territórios pequenos e isolados<sup>5</sup>. Ou seja, a força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista não pode ter vindo do “jogo das trocas”, ou do próprio mercado, nem veio, nesse primeiro momento, do assalariamento da força de trabalho. Veio do mundo do poder e da conquista<sup>6</sup>, do impulso gerado pela “acumulação do poder”, mesmo no caso das grandes “repúblicas mercantis” italianas<sup>7</sup>, como Veneza (Lane, 1973) e Gênova (Epstein, 2000).

O poder político é fluxo, mais do que estoque. Para existir, precisa ser exercido; precisa se reproduzir e ser acumulado permanentemente. E o ato da conquista é a força originária que instaura e acu-

5 “O camponês, ao seguir seus hábitos imemoriais, dificilmente teria consciência de estar agindo segundo uma motivação ‘econômica’; na verdade, não estava; seguia as ordens do senhor feudal ou os ditames do costume. Nem mesmo o senhor estava economicamente orientado. Seus interesses eram militares, políticos ou religiosos e não diretamente orientados para a idéia de lucro e de expansão. Mesmo nas cidades, a conduta habitual dos homens de negócios estava inextricavelmente mesclada com outros propósitos não econômicos [...] ganhar dinheiro era uma preocupação antes periférica do que central na existência medieval ou antiga” (Heilbroner, 1972: 80).

6 Essa “precedência lógica” do “poder” sobre a produção e a distribuição da riqueza é óbvia no período que vai do século XI ao XVII. Mas ela se mantém, mesmo depois da formação do modo de produção capitalista e da consolidação do processo de concentração e centralização privada do capital. Crescem a autonomia dos mercados e o papel da competição intercapitalista, mas aumenta cada vez mais o papel do poder político na expansão vitoriosa e internacionalizante dos capitais nacionais, na administração das grandes crises financeiras, na ponta da inovação tecnológica e na contínua e silenciosa função do crédito e do gasto público indispensáveis à expansão agregada das economias nacionais.

7 “De acordo com George Friedrich Knapp, foi o sucesso militar veneziano entre os séculos XIII e XV que permitiu a ascensão de sua moeda de conta nas relações dos europeus com o Oriente. E, assim como sucedeu depois da Conquista de Constantinopla em 1204, a passagem dos séculos seguintes assistiu a desdobramentos semelhantes: da conquista militar à dominação mercantil e, por conseguinte, à transformação de sua moeda em moeda de referência no circuito comercial do Mediterrâneo” (Metri, 2007: 179).

mula o poder<sup>8</sup>. Desse ponto de vista, a conquista é um movimento de expansão de um “poder soberano” (P1) que acumula mais poder (>P), sobretudo por meio da guerra contra outros poderes soberanos (P2). Num mundo em que todos tivessem o mesmo poder, não haveria necessidade de conquistar mais poder, porque simplesmente não existiria a própria relação de poder político, que é sempre desigual e, na sua forma mais elementar, é sempre um conflito de soma zero. Por isso, toda relação de poder exerce uma “pressão competitiva” sobre si mesma. Em primeiro lugar, pelo lado dos súditos (S), que resistem ao arbítrio do príncipe ou soberano (P) e tentam expandir sua margem de manobra e de resistência. E, em segundo lugar, pelo lado dos demais poderes soberanos (P2, P3, etc.), que resistem à expansão do poder de P1, ambicionando expandir seu próprio poder. Nesse sentido, a “pressão competitiva” do poder é sempre uma pressão sistêmica, porque todos os “poderes soberanos” (P1, P2, P3...) precisam se expandir ou se defender, mesmo que seja simplesmente para conservar o poder que já possuem.

Como a guerra e a preparação para a guerra<sup>9</sup> são o instrumento em última instância de conquista e acumulação de poder e, também, de defesa e preservação do poder<sup>10</sup>, tendem a se transformar em atividades “crônicas”, dentro desse sistema. Como dizia Maquiavel: a preparação permanente para a guerra deve ser a atividade principal de todos os príncipes, porque, no “jogo das guerras”, não existe espaço para poderes “apáticos”, so existem os poderes que conquistam e os que se defendem<sup>11</sup>. Ou seja, no universo dos poderes soberanos que se formaram na Europa, a acumulação do poder foi sempre uma necessidade inevitável, permanente e absoluta. Por isso, ao estudar as guerras

8 “O desejo de conquistar é coisa verdadeiramente natural e ordinária e os homens que podem fazê-lo serão sempre louvados e não censurados” (Maquiavel, 1983: 14).

9 “Pois a guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida. Portanto a noção de tempo deve ser levada em conta tanto a natureza da guerra quanto a natureza do clima. Porque tal como a natureza do mau tempo não consiste em dois ou três chuviscos, mas numa tendência para chover que dura vários dias seguidos, assim também a natureza da guerra não consiste na luta real, mas na conhecida disposição para tal, durante todo o tempo em que não há garantia do contrário” (Hobbes, 1983: 75).

10 “Os outros que, do contrário, se contentariam em manter-se tranquilamente dentro de modestos limites, seriam incapazes de subsistir durante muito tempo se não aumentassem seu poder por meio de invasões e se limitassem apenas a uma atitude de defesa” (Hobbes, 1983: 75).

11 “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo, nem outro pensamento, nem ter qualquer outra coisa como prática a não ser a guerra, porque esta é a única arte que se espera de quem comanda” (Maquiavel, 1983: 59).

européias do século XIII, Norbert Elias concluiu que, naquele mundo, “quem não sobe, cai” e, portanto, a expansão do poder era uma condição necessária e indispensável da sua própria manutenção, por meio do “domínio sobre os mais próximos e sua redução ao estado de dependência” (Elias, 1993: 94). Nesse tipo de sistema, portanto, todos os poderes soberanos são e serão sempre expansivos, propondo-se em última instância a conquista de um poder cada vez mais global, até onde alcancem os seus recursos e suas possibilidades e, independente de quem os controle, em distintos momentos de sua própria expansão.

Antes e durante uma boa parte do “longo século XIII”<sup>12</sup>, a acumulação do poder dos príncipes ou soberanos se calculava pela quantidade do território (T) e da população camponesa e urbana (C + U) incluída dentro do seu domínio: (>P = >T + >{C+U}). E se media pela capacidade desse poder soberano de definir a quantidade e a frequência do pagamento dos tributos (I) e das rendas e serviços (R) por parte dessa população<sup>13</sup>. Esse poder de tributar era essencial, porque era ele que “financiava” a reprodução do próprio poder, por meio da contratação dos exércitos mercenários e da mobilização militar dos servos, camponeses e cidadãos. Naquele momento da história, a base material do poder e a riqueza dos soberanos podiam ser expressas de forma análoga:  $P = R = \{I + R\} / (T + \{C+U\})$ . E a acumulação de poder de P1 se dava por meio da conquista de mais T, C e U, subtraídos a P2, P3, etc., e pelo aumento da sua capacidade de criar novos tributos e impor a exigência da prestação de novos serviços. O tributo, em qualquer uma de suas formas, foi sempre um ato de força fundamental para a reprodução do poder do soberano sobre um certo território e sua população. Ao definir o tributo pago pela população, o soberano também estabelecia – autoritariamente – a forma mais elementar de distinção entre o “trabalho necessário” e o “trabalho excedente”, ao obrigar a separação da parte da produção que lhe seria entregue, da parte que seria consumida na reprodução da força de trabalho da população.



12 Expressão utilizada por Peter Spufford, em explícita analogia com o “longo século XVI” de Braudel (Spufford, 1989).

13 No caso das “repúblicas marítimas” italianas, sua acumulação de “poder naval” se fez por meio da conquista e expansão do controle monopólico de “territórios marítimos” cada vez mais amplos, que incluíam as rotas marítimas e os portos sobre os quais cobravam tributos. Além disso, operaram seus negócios, pelo menos até o século XIII, com as moedas, as dívidas e os créditos (e a “credibilidade”) dos grandes poderes territoriais de Bizâncio e do Egito, sobretudo no caso de Veneza e Gênova, e com os dízimos e as dívidas da Igreja Católica, sobretudo no caso de Florença. A não-acumulação de poder na forma de território e população pode ser uma das causas do porquê de a concentração de poder e riqueza, no caso dessas repúblicas, não levar à formação de Estados e economias nacionais.

Nesse ponto, William Petty – pai da economia política clássica – inverteu a ordem dos fatores. Segundo ele, os tributos foram criados porque existia um excedente de produção disponível<sup>14</sup>, quando, na verdade, os tributos foram criados porque existia um soberano com poder de proclamá-los e impô-los a uma determinada população, independentemente da produção e da produtividade do trabalho no momento da proclamação do imposto. Ou seja, do ponto de vista lógico foi só depois da proclamação dos tributos que a população foi obrigada a separar uma parte de sua produção para entregá-la ao soberano. E essa parte da produção se tornou, a partir daí, um excedente obrigatório de produção a ser transferido periodicamente para as mãos do “poder tributador”, independentemente do nível alcançado pela produção e pela produtividade da terra e do trabalho. Dessa forma, o valor do tributo em moeda – que foi definido pelo poder soberano – se transformou no primeiro preço do “trabalho excedente” e também, por subtração, do “trabalho necessário”. Assim, sem ferir a lógica, pode-se afirmar que o valor do tributo se tornou a unidade de valor elementar do primeiro sistema de preços dentro da “comunidade de pagamentos”, unificada pelos tributos e pela moeda do soberano.

Da mesma forma, a “monetização” dos tributos representou uma mudança radical no processo de acumulação do poder e também nas relações entre o poder e o mundo da produção e das trocas. O crescimento dos tributos, exigido pelo aumento das guerras e das conquistas, estimulou o aumento da produção, da produtividade e do excedente do trabalho e da terra<sup>15</sup>. E o pagamento dos tributos em dinheiro estimulou a troca desse excedente ampliado nos mercados onde o “contribuinte” podia acumular os créditos necessários para o pagamento das suas dívidas na moeda soberana. Dessa maneira, criou-se um círculo virtuoso entre a acumulação de poder dos soberanos e o aumento do excedente, das trocas e dos mercados. A multiplicação das guerras e o crescimento dos exércitos (McNeill, 1982), mais os custos

14 “A tributação é possível porque o sistema de produção dentro da sociedade política gera um excedente – especialmente, bens necessários ao consumo deduzidos das necessidades de consumo (trabalho) em sua produção. A noção fundamental presente na discussão de Petty sobre tributação pública é que impostos e gastos públicos constituem a coleta e a redistribuição de um produto excedente a serviço de fins políticos” (Aspromourgos, 1996: 24).

15 Argumento fundamental de Petty – em sua *Aritmética política*, publicada em 1690 – sobre a relação entre o poder e a riqueza e sobre a possibilidade de a Inglaterra superar o poder da França – apesar de sua inferioridade em território e população – por meio do aumento de sua produtividade econômica e de sua capacidade de tributação.

com a administração dos novos territórios conquistados, forçaram a “monetização” dos tributos, das rendas e dos dízimos, que passaram a ser pagos em dinheiro, na moeda emitida pelo poder soberano<sup>16</sup>. E o poder dos soberanos passou a ser definido por sua quantidade de território e população e por sua riqueza em dinheiro, acumulada sobretudo por meio da cobrança dos tributos e das conquistas de guerra. A partir daquele momento, o mesmo poder que definia o valor dos tributos, das rendas e dos serviços compulsórios também definia o valor da única moeda que ele aceitava como forma de pagamento dos tributos e serviços que lhe eram devidos<sup>17</sup>.

***Como a guerra e a preparação para a guerra são o instrumento em última instância de conquista e acumulação de poder e, também, de defesa e preservação do poder, tendem a se transformar em atividades “crônicas”, dentro desse sistema.***

A introdução da moeda no mundo do poder e da troca transformou a Europa em um imenso “mosaico monetário” (Metri, 2007) na medida em que todos os soberanos foram “monetizando” progressivamente seus próprios tributos e, como consequência, também seus créditos e dívidas internas de longo prazo<sup>18</sup>. Dessa forma, surgiram infinitas moedas pela Europa, cada uma válida dentro de seu “território de tributação”, que se tornou, ao mesmo tempo, uma “comunidade de pagamentos” do ponto de vista dos mercados. Nestes, sempre existiram moedas privadas, mas a “moeda estatal” – ou moeda autorizada pelos soberanos – manteve sua primazia hierárquica com relação a todas as demais, porque só ela era aceita nos “guichês

16 “Numa localidade após outra podemos acompanhar a conversão dos antigos pagamentos feudais em espécie – os dias de trabalho ou a quantidade de aves ou ovos que o senhor recebia de seus arrendatários – em pagamento de tributos e arrendamentos em dinheiro, com que cumpriam as obrigações para com o senhor” (Heilbroner, 1972: 77).

17 Tese central da “teoria estatal da moeda” (Knapp, 2003).

18 Ver “What is money?” e “The credit theory of money” de Mitchell Innes em *The Banking Law Journal*, Nova York, 1913 e 1914. Os textos foram reeditados em Wray (2004).

do príncipe”<sup>19</sup>. Portanto, foi nas operações de cancelamento das dívidas e créditos dos soberanos e na arbitragem do “câmbio”, entre as infinitas moedas do “mosaico monetário europeu”, que surgiram as primeiras oportunidades de multiplicação do dinheiro por meio do próprio dinheiro. Os primeiros bancos europeus nasceram dessas funções e começaram a internacionalizar suas operações e a multiplicar sua riqueza mobiliária ou “financeira” à sombra do poder<sup>20</sup>. As próprias guerras de conquista enfrentaram o problema do “câmbio” e da “equivalência” entre as moedas dos territórios e das populações envolvidas no conflito e nas transações comerciais indispensáveis à sustentação das tropas. E, após o fim de cada guerra e da conquista de novos territórios, colocou-se uma vez mais o problema da imposição da “moeda vitoriosa” sobre a “moeda derrotada”, porque só a primeira era aceita no pagamento dos tributos e obrigações impostos pelo poder vitorioso à população dos territórios conquistados por meio da guerra.

Por sua vez, o comércio também se expandiu, durante as guerras e depois delas, por meio dos caminhos pacificados e das posições monopólicas conquistadas dentro dos territórios anexados ou submetidos. Foi assim que as redes da “economia de mercado” se expandiram durante o “longo século XIII” dentro da Europa, dando origem às “letras de câmbio” que se transformaram em novos instrumentos de multiplicação financeira da riqueza privada. Mas a expansão também ocorreu para fora da Europa, dando origem ao chamado comércio “de longa distância” com o Oriente Médio, o Egito e a Ásia. Nesse período, Veneza e Gênova ocuparam um papel central nos vários circuitos mercantis que conectavam a Europa com todo o Mediterrâneo e com a Ásia (Abu-Lughod, 1993). As duas cidades-Estado operavam como “grandes feiras de compensação” e como pontas-de-lança de um comércio feito em boa medida na forma de escambo, mas que utilizava como referência, em última instância, as moedas dos grandes impérios territoriais, como Bizâncio, Egito e China<sup>21</sup> e, mais tarde, o Império Otomano (Inalcik, 1994: parte 1 D). Veneza e Gênova só fo-

19 Idéia básica da “teoria estatal da moeda” (Knapp, 2003).

20 “Os que se dedicavam à troca de moedas [*money changers*] não criavam um território monetário coerente e estável por sua própria conta; eles simplesmente atuavam nas fendas dos territórios monetários criados por outros” (Boyer-Xambeu et al., 1994: 124).

21 “Nas três áreas culturais [asiática, árabe e européia], a existência de moedas reconhecidas foi uma condição *sine qua non* do comércio internacional [e] os Estados das três regiões cumpriram um papel importante em cunhar, imprimir e/ou garantir tais moedas” (Abu-Lughod, 1993: 15).

ram cunhar suas próprias moedas mais tarde<sup>22</sup>; e Veneza logo depois de perder sua posição privilegiada junto ao poder imperial de Bizâncio.

Por esses caminhos, foi se consolidando na Europa uma aliança cada vez mais estreita e multiforme entre o poder e o capital; a grande diferença européia, com relação aos impérios asiáticos, onde a relação dos poderes soberanos com a atividade mercantil e financeira foi muito mais frouxa – uma relação de “neutralidade indiferente”, nas palavras de Irfan Habib (1990: 371) – graças a sua grande capacidade de tributação do uso da terra<sup>23</sup>, uma das possíveis razões da interrupção do expansionismo chinês, no início do século XV (Mote e Twitchett, 1988). Os soberanos europeus dispunham de menos terra, com menor produtividade, e viviam comprimidos em um espaço de alta competitividade<sup>24</sup>, não conseguindo financiar suas guerras e suas conquistas apenas com os tributos. Por sua vez, os “comerciantes-banqueiros” europeus cedo descobriram que o financiamento dos soberanos, e de suas conquistas, podia multiplicar seu dinheiro, assegurando-lhes ganhos financeiros e “lucros extraordinários” por meio do financiamento das guerras, do manejo financeiro das dívidas e dos créditos dos soberanos, do câmbio das moedas e da conquista favorecida de posições monopólicas, em todos os campos da atividade econômica<sup>25</sup>.

A guerra, a moeda e o comércio sempre existiram. A originalidade da Europa, a partir do “longo século XIII”, foi a forma em



22 “Os comerciantes venezianos e genoveses empregaram moedas de ouro de Constantinopla e Egito até a segunda metade do século XIII em vez de apoiar-se em sua própria, o que indica seu status semiperiférico no comércio mundial” (Abu-Lughod, 1993: 67).

23 “No caso da Índia Maghal, o Estado cumpria um papel muito menos importante [do que na Europa]. Havia razões para isso. Principalmente, as necessidades de renda do império, por maiores que fossem, podiam ser obtidas pelas grandes quantidades de renda da terra coletadas por uma rede de oficiais do governo bem articulada e eficiente” (Pearson, 1991: 52).

24 “Ao contrário dos impérios otomano e chinês, ao contrário do domínio que os mongóis dentro em pouco estabeleceriam na Índia, não houve nunca uma Europa unida, na qual todas as partes reconhecessem um líder secular ou religioso. Em lugar disso, a Europa era uma mistura de pequenos reinos e principados, senhorias fronteiriças e cidades-Estados [...] e todos consideravam os outros como rivais, não como aliados na luta contra o Islã” (Kennedy, 1989: 14).

25 “Assim, os monarcas e burgueses se associaram para provocar o lento crescimento dos governos centralizados e, destes últimos, por sua vez, provieram não só a unificação das leis e das moedas, mas também um estímulo direto ao desenvolvimento do comércio e da indústria [...] O crescimento do poder nacional também implicava um novo incentivo: a construção de navios, o equipamento de armadas e o pagamento dessas novas forças nacionais, em sua maioria mercenários. Tudo isso fez que se movimentassem mais rapidamente os centros de circulação monetária” (Heilbroner, 1972: 72).

que a “necessidade da conquista” induziu e depois se associou com a “necessidade do lucro”. Por isso, a origem histórica do capital e do sistema capitalista<sup>26</sup> europeu é indissociável do poder político. Radicalizando nosso argumento: a origem histórica do capital não “começa pelo mercado mundial”, nem pelo “jogo das trocas”. Começa pela conquista e pela acumulação do poder e pelo seu estímulo autoritário ao crescimento do excedente, das trocas e dos grandes ganhos financeiros construídos à sombra dos poderes vitoriosos. E, como consequência, a teoria da formação do capital e do capitalismo também tem de começar pelo poder, pelos tributos e pelo excedente, partindo das primeiras formas de definição do trabalho excedente e de sua transformação em dinheiro e em capital, a partir do poder dos soberanos<sup>27</sup>.

## 2

Depois do estudo das origens do poder político, da economia de mercado e das primeiras formas de acumulação capitalista na Europa, a partir do século XII, nossa pesquisa nos trouxe de volta ao “longo século XVI”. A verdadeira data de nascimento dos Estados e economias nacionais e do “sistema mundial moderno”, criado e comandado pelos europeus até a primeira metade do século XX. Quando sua liderança passa para as mãos dos Estados Unidos e a descolonização da África e da Ásia multiplica o número dos seus “sócios” com a criação de cerca de 130 novos Estados independentes. Marx foi o primeiro a falar da internacionalização inevitável do “regime de produção burguês”. Mas, depois dele, é possível distinguir três grandes

26 Segundo Braudel (1996b: 201), a palavra “capital” começou a ser utilizada nos séculos XII e XIII, “com o sentido de fundos, estoque de mercadorias, de massa monetária ou de dinheiro que rende juros”. Nós utilizamos aqui a palavra “capital”, para referir-se ao dinheiro que se multiplica, segundo a fórmula D-D’, por meio dos empréstimos a juros feitos aos soberanos ou por meio de outras formas de uso do poder e, nesse caso, portanto, sem a intermediação imediata da mercadoria. E utilizamos a palavra “capitalismo” para referir-mo-nos ao “momento” da história europeia medieval em que a busca do lucro se torna um objetivo permanente ou uma “compulsão” quase mecânica, muito anterior, portanto, à formação do “regime de produção capitalista”. O que ocorre quando o lucro comercial “é obtido não pela exploração dos produtos do próprio país, mas pela mediação de intercâmbio dos produtos de comunidades não desenvolvidas, tanto comercialmente quanto nos demais aspectos econômicos, e pela exploração de ambos os países produtores” (Marx, 1988: Vol. 4, p. 235).

27 O método lógico “não é na realidade senão o método histórico, despojado apenas da sua forma histórica, e das contingências perturbadoras. Ali, onde começa a história, deve começar também a cadeia do pensamento, e o desenvolvimento ulterior desta não será mais do que a imagem reflexa, em forma abstrata e teoricamente corrigida da trajetória histórica; uma imagem reflexa corrigida, mas corrigida de acordo com as leis que fornecem a própria trajetória histórica” (Engels, s/d: 310).

escolas de pensamento, dentro da economia política internacional, que discutem a internacionalização do poder e do capital e o funcionamento do “sistema mundial”, a partir do século XVII: a teoria do imperialismo, de John Hobson, Rudolf Hilferding, Nikolai Bukharin e Vladimir Lenin; a teoria da “hegemonia mundial”, de Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Robert Cox; e a teoria do *world-system*, de André Gunder Frank, Wallerstein e Arrighi, que assimila o conceito de “centro de gravidade mundial” de Braudel. Nossa leitura da história desse “sistema mundial moderno” nos levou a algumas conclusões diferentes desses autores.

Como já vimos, os conceitos de poder, território e guerra não ocupam um lugar relevante na teoria do capital e do modo de produção capitalista de Marx. Por isso, em sentido estrito, Marx não tem uma teoria do “sistema mundial capitalista”. Os formuladores dessa teoria, no campo marxista, foram Bukharin (1984) e Lenin (1987), que se restringiram ao estudo do imperialismo da segunda metade do século XIX. Por sua vez, a teoria realista da “hegemonia mundial”, de Gilpin (1982), por exemplo, considera que a tendência à formação de um império mundial é uma característica pré-moderna, que desaparece com o surgimento dos Estados nacionais, contra todas as evidências oferecidas pela história moderna. Braudel, por sua vez, estuda a formação da primeira “economia-mundo européia” e considera que a formação dos “mercados nacionais” foi uma revolução política e uma obra estatal (1987b: Cap. 1 e 4), mas não extrai as conseqüências internacionais da sua própria tese. E, finalmente, Wallerstein e Arrighi consideram que o “sistema mundial moderno” antecede a formação dos Estados nacionais e constitui uma única unidade econômica, onde as lutas interestatais flutuam um pouco sem precisão teórica<sup>28</sup>.

Para nós, entretanto, o verdadeiro ponto de partida do “sistema mundial moderno” é os “Estados-economias nacionais” que foram “inventados” pelos europeus e que se transformaram em “máquinas de acumulação de poder e riqueza”, dotadas de uma “compulsão expansiva” maior do que a dos primeiros poderes e capitais que se formaram na Europa durante o “longo século XIII”<sup>29</sup>. Na verdade, os

28 “O sistema mundial moderno tem sua origem no século XVI [...] É e sempre foi uma ‘economia-mundo’. É e sempre foi uma economia-mundo capitalista [...] Capitalistas precisam de um amplo mercado, mas também de uma multiplicidade de Estados para que possam obter as vantagens de trabalhar com Estados, contornando os hostis e favorecendo os amigáveis” (Wallerstein, 2004: 23).

29 “Como no passado, uma vez mais, foi a necessidade de financiamento das guerras inglesas que esteve na origem dessas mudanças. Mas, dessa vez, o encontro do poder com os bancos produziu um fenômeno absolutamente novo e revolucionário:

“Estados-economias nacionais” foram o produto final da acumulação de poder e riqueza que ocorreu antes da chegada do século XVI. Mas, depois disso, a “pressão competitiva”, a “conquista” e a “acumulação do poder” seguiram sendo “necessidades imperativas” desse novo sistema, como já havia ocorrido no mundo dos domínios e das cidades medievais (ver Levy, 1983; Black, 1998). Diminuiu o número de unidades soberanas e competitivas e aumentou o seu equilíbrio de força, mas a guerra<sup>30</sup> seguiu sendo a forma mais importante de conservação e acumulação de poder (Holmes, 2001; Clodfelter, 2002). Ou seja, seguiu valendo, entre os Estados nacionais, a velha regra medieval, definida por Elias: “quem não sobe, cai”. Com a diferença de que, no novo sistema de competição, as unidades envolvidas eram Estados e economias, articulados num mesmo bloco nacional e com as mesmas ambições expansivas e imperialistas com relação aos demais “Estados-economias nacionais” do sistema. O objetivo da conquista não era mais, necessariamente, a destruição ou ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a sua submissão econômica. Mas a conquista e a monopolização de novas posições de poder político e econômico seguiram sendo a mola propulsora do novo sistema. E foi dentro dessas unidades territoriais expansivas que se forjou o “regime de produção capitalista”, o qual se internacionalizou de mãos dadas com os seus “Estados-impérios” globais<sup>31</sup>.

os ‘Estados-economias nacionais’. Verdadeiras máquinas de acumulação de poder e riqueza que se expandiram a partir da Europa e através do mundo, numa velocidade e numa escala que permitem falar num novo universo em expansão, com relação ao que havia acontecido nos séculos anteriores. Junto com a nacionalização dos bancos, das finanças e do crédito, criou-se um sistema tributário estatal e se nacionalizaram o exército e a marinha, que passam para o controle direto da estrutura administrativa do Estado. E o que é mais difícil de definir e de medir, consolida-se um novo conceito e uma nova identidade, no mundo da guerra, dos negócios e da cidadania: o conceito de ‘interesse nacional’” (Fiori, 2004: 34).

30 “Desde 1900, se contarmos cuidadosamente, o mundo assistiu a 237 novas guerras – civis e internacionais – que mataram pelo menos mil pessoas por ano [...] O sangrento século XIX contou apenas 205 guerras e 8 milhões de mortos. De 1480 a 1800, a cada dois ou três anos iniciou-se em algum lugar um novo conflito internacional expressivo; de 1800 a 1944, a cada um ou dois anos; a partir da Segunda Guerra Mundial, mais ou menos, a cada quatorze meses. A era nuclear não diminuiu a tendência dos séculos antigos a guerras mais frequentes e mais mortíferas [...] Os números são apenas aproximados, mas determinam o intenso envolvimento na guerra, século após século, dos Estados europeus [...] Durante todo o milênio, a guerra foi a atividade dominante dos Estados europeus” (Tilly, 1996: 123 e 131).

31 “Os primeiros europeus se transformaram, quase imediatamente ao nascer, em cabeças de novos impérios, dentro e fora da Europa. Portanto, se pode falar de um paradoxo na origem do sistema estatal: seus pais fundadores, os primeiros Estados que nasceram e se expandiram imediatamente para fora de seus próprios territórios eram seres híbridos, uma espécie de ‘minotauros’, meio Estado, meio

A partir dos séculos XVI e XVII, as unidades políticas ganhadoras nas guerras e conquistas do período anterior centralizaram e monopolizaram definitivamente o poder de tributação sobre territórios e populações muito mais extensas e aperfeiçoaram seu poder de emissão de moedas nacionais, criando um sistema organizado de crédito e bancos sustentados nos títulos da dívida pública dos Estados (Dickson, 1971). Com isso, nacionalizaram-se definitivamente as moedas e os bancos, junto com os exércitos e as burocracias públicas e todos passaram a ter uma mesma identidade nacional, revolucionando o “imaginário dinástico” dos europeus<sup>32</sup>. No novo sistema, a produção

***O objetivo da conquista não era mais, necessariamente, a destruição ou ocupação territorial de outro Estado, poderia ser apenas a sua submissão econômica.***

e a riqueza interna de cada país passaram a ser uma condição indispensável de seu poder internacional (Heckscher, 1955). E não existe dentro do sistema mundial uma “riqueza” ou uma “moeda” que sejam “mundiais”<sup>33</sup> em sentido estrito. O que existe são sempre economias e

império. Enquanto lutavam para impor seu poder e sua soberania interna, já estavam se expandindo para fora dos seus territórios e construindo seus domínios coloniais” (Fiori, 2004: 38).

32 “Mesmo reconhecendo que a acumulação de poder tenha sido o objetivo principal dos Estados europeus nos tempos modernos, muitos dizem que antes de Napoleão não houve nenhum governante ou Estado que tivesse pretendido justificar suas agressões e conquistas pela afirmação de sua superioridade nacional, cultural ou de destino [...] Mas mesmo no caso do Império Habsburgo, que pertencia à tradição dinástica e supranacional, os espanhóis – que suportaram a defesa do império, no início do século XVII – também tinham um ‘sentido castelhano’ do destino à conquista e ao comando, provocando ressentimento entre os demais povos ibéricos” (Cooper, 1970: 4).

33 Marx, por exemplo, refere-se várias vezes ao “mercado mundial” e ao “dinheiro mundial”, no primeiro volume de *O capital*, definindo-os como o verdadeiro lugar e a verdadeira forma de realização da “riqueza absoluta”: “Nos diversos uniformes nacionais vestidos pelo ouro e pela prata enquanto moedas e dos quais são desvestidos no mercado mundial, aparece o divórcio entre as esferas internas ou nacionais de circulação das mercadorias e a esfera geral, o mercado mundial [...] No comércio-mundial as mercadorias desdobram seu valor universalmente. Sua figura autônoma de valor se defronta, portanto, aqui também com elas sob a forma de dinheiro mundial. É só no mercado mundial que o dinheiro funciona



capital financeiro e várias formas indiretas de tributação seletiva destinadas a cobrir parte dos custos de gestão do próprio poder global<sup>36</sup>.

Essa contradição do sistema impediu o nascimento de um único poder global ou império mundial, mas não impediu a oligopolização do poder e da riqueza internacional nas mãos de um pequeno núcleo de grandes potências, que nunca teve mais do que seis ou sete membros europeus, até o momento da entrada dos Estados Unidos e do Japão no “círculo governante” do mundo, no início do século XX. Às vezes, predominou o conflito, às vezes a complementaridade entre os Estados desse “núcleo dominante”, e sempre existiu um Estado mais poderoso que liderou o “equilíbrio bélico”. Muitos autores falam em “hegemonia” para referir-se à função estabilizadora desse líder dentro do núcleo central do sistema. Mas esses autores, em geral, não percebem que a existência dessa liderança ou hegemonia não interrompe o expansionismo dos demais Estados, nem muito menos o expansionismo do próprio líder ou *hegemon*. Por isso mesmo, toda situação hegemônica é transitória e, mais do que isso, é autodestrutiva, porque o próprio *hegemon* acaba se desfazendo das regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir se expandindo e acumulando mais poder do que seus “liderados”.

Sendo assim, do nosso ponto de vista, o que estabiliza – sempre de forma transitória – a ordem hierárquica do sistema mundial não é a existência de um líder ou *hegemon*, é a existência de um conflito central e latente e de uma guerra potencial entre as grandes potências. Basta ler a história do “sistema mundial moderno” (Cooper, 1970) para ver-se que sempre existiu um conflito central, uma guerra em potencial, que atuou como eixo ordenador de todo sistema. Uma espécie de ponto de referência para o cálculo estratégico de todos os demais Estados e que atua, ao mesmo tempo, como um freio ao arbítrio unilateral dos mais poderosos. Como ocorreu, por exemplo, com a disputa entre o Império Habsburgo e a França no século XVI; ou com a disputa entre a França e a Grã-Bretanha nos séculos XVIII e XIX; ou, mais recentemente, com a disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial.

Até o fim do século XVIII, o “sistema mundial moderno” se restringia aos Estados europeus e a todos os demais territórios in-

|||||

36 “Por isso, a capacidade de endividamento e o crédito internacional dos Estados vitoriosos correm sempre na frente da capacidade e dos créditos dos demais Estados concorrentes. No caso dos vitoriosos, sua ‘dívida pública’ pode crescer por cima do produto criado dentro do seu território nacional, ao contrário das demais economias, mesmo das grandes potências que ficam prisioneiras de uma capacidade de endividamento menor, restrita a sua zona mais limitada de influência monetária e financeira” (Fiori, 2004: 46).

cluídos dentro de seu espaço de dominação colonial ou imperialista (Abernethy, 2000). Esse sistema só se expandiu e mudou sua organização interna após a Independência Norte-Americana e da multiplicação dos Estados nacionais fora da Europa. Os Estados latino-americanos, criados no século XIX, entretanto, não dispunham, no momento de suas independências, de centros de poder eficientes, nem contavam com “economias nacionais” integradas e coerentes. Além disso, não constituíram um subsistema estatal e econômico regional que fosse competitivo, nem formaram blocos de poder e capital nacional com características expansivas, pelo menos até o fim do século XX. Esse mesmo cenário nacional e regional se repetiu depois de 1945, com os novos Estados criados na África, na Ásia central e no Oriente Médio: na maioria dos casos, não possuíam estruturas centralizadas e eficientes de poder, capazes de manter a ordem interna e de ter uma estrutura fiscal eficiente, nem dispunham de economias expansivas. Só no sul e no sudeste da Ásia é que se pode falar da existência de um sistema de Estados e de economias nacionais fortemente integradas e competitivas, segundo o modelo original europeu.

Apesar da enorme heterogeneidade desses novos membros do “sistema mundial moderno”, é possível fazer algumas generalizações a respeito de seus desenvolvimentos recentes e futuros. Existem países ricos que não são, nem nunca serão, potências expansivas, nem farão parte do jogo competitivo das grandes potências. E há alguns Estados militarizados, na periferia do sistema mundial, que nunca chegarão a ser potências econômicas. Mas não há possibilidade de que algum desses Estados nacionais se transforme em uma nova potência sem dispor de uma economia dinâmica e de um projeto político-econômico expansivo. E fica cada vez mais difícil que algum capital individual ou bloco de capitais nacionais, públicos ou privados se expanda para fora de suas fronteiras nacionais sem contar com o apoio ativo dos seus Estados, o que só ocorrerá quando esses Estados também tiverem projetos “extraterritoriais”<sup>37</sup>. Fora da Europa, só os Estados Unidos, o Japão e, agora, a China e talvez a Índia conseguiram tornar-se potências re-

37 “Daí a exigência de todos os capitalistas interessados em países estrangeiros para que o poder estatal seja forte, cuja autoridade proteja seus interesses também no mais longínquo rincão do mundo, daí a exigência de que se levante uma bandeira de guerra que precisa ser vista por toda parte, para que a bandeira do comércio possa ser plantada por toda a parte. Mas o capital de exportação sente-se melhor quando o poder estatal do seu país domina completamente a nova região, pois então é excluída a exportação de capital de outros países, o referido capital goza de uma posição privilegiada e seus lucros contam ainda com a eventual garantia do Estado” (Hilferding, 1985: 302).

gionais, e só os Estados Unidos conseguiram ter uma projeção global<sup>38</sup>. A maioria dos outros Estados nacionais segue às voltas, até hoje, com o problema de seu escasso desenvolvimento econômico e com as consequências de haver se independentizado sem deixar de ser parte constitutiva de “territórios econômicos supranacionais”, que funcionam sob a égide de moedas e capitais das potências conquistadoras.

Dentro desse sistema mundial formado pelos “Estados-economias nacionais”, as “economias líderes” são transnacionais e imperiais, por definição, e sua expansão gera uma espécie de rastro, que se alarga a partir da sua própria economia nacional. Cada “Estado-

***Ainda não existe uma teoria unificada do conflito internacional e das lutas nacionais. E não existe, dentro do sistema mundial, nenhum “ator” ou “sujeito histórico” unitário, com o “destino manifesto” de salvar ou melhorar a humanidade.***

economia imperial” produz seu próprio rastro e, dentro dele, as demais economias nacionais se hierarquizam em três grandes grupos, segundo suas estratégias político-econômicas<sup>39</sup>. Num primeiro grupo estão as economias nacionais que se desenvolvem sob o efeito protetor imediato do líder. Vários autores já falaram de desenvolvimento a convite ou associado para referir-se ao crescimento econômico de países que têm acesso privilegiado aos mercados e aos capitais da potência dominante.

38 “A história dos Estados Unidos não constitui uma exceção em relação ao ‘modelo’ dos Estados e economias nacionais européias. Pelo contrário, eles são um produto e uma parte essencial do processo de expansão do próprio modelo, diferente do que pensam muitos historiadores e cientistas sociais, inclusive marxistas. O nascimento dos Estados Unidos é inseparável da competição e das guerras entre as grandes potências européias, da mesma forma que seu desenvolvimento capitalista não foi uma obra exclusiva das suas grandes corporações privadas. Seria impensável sem a intervenção decisiva do Estado e das guerras americanas e sem o apoio inicial e permanente do capital financeiro inglês” (Fiori, 2004: 67).

39 “Dessa forma, tanto a ampliação ou mudança na hierarquia dos países do centro quanto o crescimento acelerado e mesmo a diminuição significativa do atraso relativo dos países da periferia são processos que pouco ou nada têm de automáticos ou naturais e dependem, fundamentalmente, de estratégias internas de desenvolvimento dos Estados nacionais. Por outro lado, precisamente pelas assimetrias mencionadas acima, o resultado final de tais projetos está fortemente associado, em cada período histórico, às suas condições externas” (Medeiros e Serrano, 1999: 120).

Como aconteceu com os antigos domínios ingleses do Canadá, Austrália e Nova Zelândia, depois de 1931, e também com a Alemanha, o Japão e a Coreia, após a Segunda Guerra Mundial, quando foram transformados em protetorados militares com ligações preferenciais com a economia norte-americana. Num segundo grupo se situam os países que adotam estratégias de *catch up* para alcançar as “economias líderes”. Por razões ofensivas ou defensivas, aproveitam os períodos de mudança internacional para mudar sua posição na hierarquia de poder internacional, por meio de políticas agressivas de crescimento econômico. Nesses casos, em geral, o fortalecimento econômico antecede o fortalecimento militar e o aumento do poder internacional do país. São projetos que podem ser bloqueados, como já aconteceu muitas vezes, mas também podem ter sucesso e dar nascimento a um novo “Estado-economia líder”. Como aconteceu exatamente com os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão, na segunda metade do século XIX e começo do XX, e está em vias de acontecer com a China, a Índia e a Rússia, neste início do século XXI. Por fim, num terceiro grupo muito mais amplo se localizam quase todas as demais economias nacionais do sistema mundial, que atuam como “periferia econômica do sistema”, fornecendo insumos primários e industriais especializados para as economias dos “andares superiores”. São economias nacionais que podem ter fortes ciclos de crescimento e alcançar altos níveis de renda *per capita*, como no caso dos países nórdicos e da Argentina. E podem se industrializar, como no caso do Brasil e do México, e seguir sendo economias periféricas<sup>40</sup>. Resumindo: a desigualdade no desenvolvimento da distribuição da riqueza entre as nações é uma dimensão econômica essencial do “sistema mundial moderno”. Mas existe a possibilidade seletiva de mobilidade nacional dentro desse sistema, dependendo da estratégia política e econômica de cada país.

Por razões diferentes, nos períodos de grande bonança econômica internacional, assim como nos períodos de intensificação da competição e das lutas entre as grandes potências do sistema mundial, tendem a se ampliar os espaços e as oportunidades para os Estados situados na periferia do sistema. O aproveitamento político e econômico dessas oportunidades, entretanto, depende, em todos os casos, da

40 “Num pólo, afirmavam-se as ‘áreas de planície’, de países como Argentina, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, verdadeiras extensões da agricultura européia plenamente integradas às finanças e ao comércio internacional. Esses países puderam crescer a taxas elevadas, induzidas pelo grande dinamismo nas exportações. Num outro plano, afirmava-se um diversificado conjunto de países periféricos (na Europa, na América Latina e na Ásia) cuja dinâmica exportadora e cujo tipo de integração financeira eram incapazes de impulsionar suas economias a taxas elevadas de crescimento” (Medeiros e Serrano, 1999: 127).

existência dentro desses Estados e dessas economias nacionais de classes, coalizões de poder, burocracias e lideranças com capacidade de sustentar, por um período prolongado de tempo, uma mesma estratégia agressiva de proteção de seus interesses nacionais e de expansão de seu poder internacional. Nessa direção, é possível identificar uma grande mobilização social e política da energia interna do país – na forma de revoluções ou guerras – em todos os Estados nacionais que se transformaram em potências ao se projetar para fora de si mesmos e construir o “sistema mundial moderno”. Como nos casos mais antigos, da Revolução de Avis, em Portugal, e da Reconquista na Espanha e nos casos clássicos da Guerra Civil Inglesa e das revoluções Francesa, Russa e Chinesa, mas também da Guerra Civil Norte-Americana, da Revolução Meiji, no Japão, e das Guerras Prussianas de unificação da Alemanha na década de 1860, assim como com a grande “revolução pacífica”, liderada por Ghandi, na Índia, na primeira metade do século XX.

### 3

Por fim, todas as teorias sobre a formação e as transformações do sistema mundial incluem alguma previsão sobre o futuro. E, às vezes, combinam essas previsões internacionais com análises estratégicas, dirigidas a governos, partidos ou movimentos sociais. Nesse campo, a teoria do modo de produção capitalista, da luta de classes e da revolução, de Marx (Bottomore, 1973: Parte 3, Cap. 5), se tornou o modelo clássico de referência para todos aqueles que querem combinar numa mesma teoria sua visão internacional e sua proposta de revolução social, como no caso de Bukharin e Lenin e sua teoria do imperialismo, ou de Wallerstein (1995a: Parte 4) e Arrighi e sua teoria do *world-system* (2001). Diferentemente da teoria realista da “hegemonia mundial”, que só se preocupa com as crises e as mudanças hegemônicas, como no caso de Kindleberger (1996), com o olho posto nas políticas de Estado, e na “dança das cadeiras”, entre as grandes potências.

De nosso ponto de vista, entretanto, ainda não existe uma teoria unificada do conflito internacional e das lutas nacionais. E não existe, dentro do sistema mundial, nenhum “ator” ou “sujeito histórico” unitário, com o “destino manifesto” de salvar ou melhorar a humanidade<sup>41</sup>.

41 “Sempre houve nações que se consideraram escolhidas por Deus; essa idéia foi propagada na Inglaterra pelo livro *Book of Martyrs*, de Foxe, e culminou com os projetos apoloéticos e históricos de Milton. No caso dos escoceses, eles tinham uma tradição ainda mais antiga que foi sempre invocada pelos *Concenernters*. Os suecos, por seu lado, se consideravam herdeiros dos Godos, descendentes de Jafet,



- 5] Não existe a menor possibilidade de a liderança da expansão econômica do capitalismo sair – alguma vez – das mãos dos “Estados-economias nacionais” expansivos e conquistadores e de seus “grandes predadores” que atropelam as regras e instituições do mercado para obter seus “lucros extraordinários” e conquistar suas posições monopólicas.
- 6] Finalmente, dentro do “sistema mundial moderno”, o aparecimento e a ascensão veloz de uma nova “potência emergente” serão sempre um fator de desestabilização do núcleo central do sistema. Mas o maior desestabilizador de qualquer situação hegemônica e do próprio sistema será sempre o “núcleo central” das grandes potências e, em particular, de seu líder ou *hegemon*, porque ele não pode parar de se expandir para manter sua posição relativa, na luta permanente pelo poder global.

No início do século XXI, o “sistema mundial moderno” está sofrendo cinco grandes transformações estruturais e de longo prazo. A primeira é a multiplicação exponencial do número dos Estados nacionais independentes, que eram cerca de sessenta, em 1945, e agora são quase duzentos. Isso, num momento em que não existem mais os “freios” do sistema colonial, nem tampouco a bipolaridade da Guerra Fria que, de alguma forma, “manteve a ordem” dentro dessa massa enorme de unidades políticas territoriais independentes, até 1991. Em segundo lugar, nas últimas décadas, o centro dinâmico da acumulação capitalista mundial (Medeiros, 2004) deslocou-se para a Ásia, dando origem a um novo eixo articulador da economia mundial, sino-americano. Em terceiro lugar, ainda na condição de periferia exportadora, a China já atua hoje como um centro articulador e “periferizador” do resto da economia mundial, graças ao dinamismo e às dimensões do seu mercado interno. Em quarto lugar, o novo sistema monetário internacional – “dólar-flexível” (Serrano, 2002) – que se consolidou e universalizou depois do fim da Guerra Fria, junto com a expansão vitoriosa do poder norte-americano e da globalização da sua moeda e do seu capital financeiro, desvelou uma verdade encoberta pelos sucessivos padrões de referência metálica das moedas dominantes anteriores: o sistema “dólar-flexível” não tem outro padrão de referência que não seja o poder global de seu Estado emissor, junto com a “credibilidade” dos seus títulos da dívida pública. Como as moedas são também um instrumento de poder na luta entre as nações, pela supremacia regional e internacional, deve-se prever, daqui para a frente, um aumento geométrico da “sensibilidade” do dólar e de todo o sistema monetário

e financeiro internacional, se aumentarem os conflitos geopolíticos entre as potências que lideram o crescimento da economia mundial. Em quinto lugar, está cada vez mais claro que o centro nevrálgico da nova competição geopolítica mundial envolverá pelo menos duas potências – Estados Unidos e China – que são cada vez mais complementares do ponto de vista econômico e financeiro e que hoje já são indispensáveis para o funcionamento expansivo da economia mundial. Além disso, o novo eixo da geopolítica mundial deve envolver cada vez mais três Estados “continentais” – os Estados Unidos, a Rússia e a China – que detêm, em conjunto, cerca de um quarto da superfície territorial do mundo e mais de um terço da população global.

Nesse momento, existem várias hipóteses sobre o fim do “sistema mundial moderno”<sup>42</sup>, mas o mais provável é que, antes des se apocalipse, o sistema mundial ainda viva pelo menos mais uma rodada de ajustes, conquistas e guerras, como na velha geopolítica inaugurada pela Paz de Westphalia<sup>43</sup>. Parece que ainda não souo a hora final do “sistema mundial moderno”, apesar de que suas transformações estruturais em curso possam estar criando uma situação de complicada “saturação sistêmica”. Do ponto de vista intelectual, portanto, o mais indicado é seguir aprofundado o estudo de sua história e seus movimentos de transformação. Só por esse caminho se poderá avançar no conhecimento e na discussão unificada das mudanças e das revoluções nacionais e internacionais, muito importante para todos os que pensam o mundo de forma transformadora.

42 “De modo que a terceira benção, a igualdade, no melhor dos casos terá garantido aos Estados Unidos entre 25 e 50 anos. Em algum momento, lá na frente, em 2025 ou 2050, chegará a hora do ajuste de contas. E o mundo estará diante do mesmo tipo de escolha que os Estados Unidos se defrontam agora. O sistema internacional marchará para uma reestruturação que será repressiva ou igualitária [...] Claro que aqui estamos falando da extinção do sistema internacional atual e sua substituição por algo totalmente diferente. E é impossível prever o resultado. Estaremos num ponto de bifurcação e as oscilações aleatórias terão efeitos muito diferentes. O que podemos fazer é apenas sermos lúcidos e ativos, pois nossa atividade estará inserida nessas oscilações e influirá muito no resultado” (Wallerstein, 1995b: 209).

43 “Nesta primeira década do século XXI, chama atenção a rapidez com que foi soterrada a utopia da globalização e do fim das fronteiras nacionais e a velocidade ainda maior com que o sistema mundial retornou à sua velha ‘geopolítica das nações’, com o fortalecimento das fronteiras nacionais e da competição econômica mercantilista e com o aumento da luta pelas hegemonias regionais” (Fiori, 2007a).

## Bibliografia

- Abernethy, David B. 2000 *The dynamics of global dominance, European overseas empires 1415-1980* (New Haven: Yale University Press).
- Abu-Lughod, Janet L. 1993 *Before European hegemony, the world sistem A.D. 1250-1350* (Oxford: Oxford University Press).
- Arrighi, Giovanni 1994 *O longo século XX* (São Paulo: Unesp).
- Arrighi, Giovanni 2001 *Caos e governabilidade* (Rio de Janeiro: UFRJ).
- Aspromourgos, Tony 1996 *On the origins of classical economics. Distribution and value from William Petty to Adam Smith* (Londres: Routledge).
- Black, Jeremy 1998 *The rise of European powers* (Nova York: Hodder Arnold).
- Bottomore, Tom (org.) 1973 *Karl Marx: sociología y filosofía social* (Barcelona: Península).
- Boyer-Xambeu, Marie Thérèse; Deleplace, Ghislan e Gillard, Lucien 1994 *Private money & public currencies* (Nova York: M.E. Sharpe).
- Braudel, Fernand 1987a *A dinâmica do capitalismo* (Rio de Janeiro: Rocco).
- Braudel, Fernand 1987b *O tempo do mundo* (São Paulo: Martins Fontes).
- Braudel, Fernand 1996a *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII* (São Paulo: Martins Fontes).
- Braudel, Fernand 1996b *Os jogos das trocas* (Rio de Janeiro: Martins Fontes).
- Bukharin, Nikolai 1984 (1915) *A economia mundial e o imperialismo* (São Paulo: Abril Cultural).
- Clodfelter, Micheal 2002 *Warfare and armed conflicts* (Londres: MacFarland & Company Publishers).
- Contamine, Philippe 1992 *War in the Middle Age* (Londres: Blackwell).
- Cooper, J.P. (org) 1970 *The new Cambridge modern history* (Cambridge: Cambridge University Press) Vol. 4.
- Dickson, Peter G.M. 1971 “War finance, 1689-1714” em Bromley, J.S. (org.) *The new Cambridge modern history* (Cambridge: Cambridge University Press) Vol. 6.
- Elias, Norbert 1993 (1939) *O processo civilizador* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar) Vol. 2.
- Engels, Friedrich s/d “A contribuição á crítica da economia política de Karl Marx” em Marx, Karl e Engels, Friedrich *Obras escolhidas* (São Paulo: Alfa-Omega).
- Epstein, Steven 2000 *Genoa and the Genoese, 958-1528* (Chapel Hill: The University of North Carolina Press).
- Ferro, Marc 1994 *História das colonizações* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Fiori, José Luís (org.) 2004 *O poder americano* (Petrópolis: Vozes).
- Fiori, José Luís 2007a “A nova geopolítica do sistema mundial no início do século XXI”. Trabalho apresentado no Segundo Workshop Internacional do Projeto BRIOS, Rio de Janeiro, 25 a 27 de abril.
- Fiori, José Luís 2007b “Prefácio” em *O poder global e a nova geopolítica das nações* (São Paulo: Boitempo).
- Gilpin, Robert 1982 *War & change in world politics* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Glete, Jan 2002 *War and the state in early modern Europe* (Londres: Routledge).
- Habib, Irfan 1990 “Merchant communities in precolonial India” em Tracy, James D. (org.) *The rise of merchant empires* (Cambridge: Cambridge University Press).

- Heckscher, Eli F. 1955 *La época mercantilista* (México DF: Fondo de Cultura Económica).
- Heilbroner, Robert 1972 *A formação da sociedade econômica* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar).
- Hilferding, Rudolf 1985 *O capital financeiro* (São Paulo: Nova Cultural).
- Hobbes, Thomas 1983 *Leviatá* (São Paulo: Abril Cultural).
- Holmes, Richard (org.) 2001 *The Oxford companion to military history* (Oxford: Oxford University Press).
- Inalcik, Halil 1994 *An economic and social history of the Ottoman Empire 1300-1600* (Cambridge: Cambridge University Press) Vol 1.
- Kennedy, Paul 1989 *Ascensão e queda das grandes potências* (Rio de Janeiro: Campus).
- Kindleberger, Charles 1996 *World economic primacy 1500-1990* (Oxford: Oxford University Press).
- Knapp, George Friedrich 2003 (1905) *The state theory of money* (Londres: Simon Publications).
- Lane, Frederic Chapin 1973 *Venice, a maritime republic* (Baltimore: The Johns Hopkins University Press).
- Le Goff, Jacques 2004 *Mercaderes y banqueros de la Edad Media* (Madrid: Alianza).
- Lenin, Vladimir 1987 *O imperialismo, fase superior do capitalismo* (São Paulo: Global).
- Levy, Jack 1983 *War in the modern great power system* (Lexington: University of Kentucky Press).
- Lopez, Robert S. 1976 *The commercial revolution of the Middle Ages, 950-1350* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Maquiavel, Nicolau 1983 *O príncipe* (São Paulo: Abril Cultural).
- Marx, Karl 1988 *O capital* (São Paulo: Nova Cultural).
- McNeill, William H. 1982 *The pursuit of power* (Chicago: The University of Chicago Press).
- Medeiros, Carlos 2004 “A economia política da internacionalização sob liderança dos Estados Unidos: Alemanha, Japão e China” em Fiori, José Luís (org.) *O poder americano* (Petrópolis: Vozes).
- Medeiros, Carlos e Serrano, Franklin 1999 “Padrões monetários internacionais e crescimento” em Fiori, José Luís (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (Petrópolis: Vozes).
- Metri, Maurício 2007 “Poder, moeda e riqueza na Europa medieval”. Tese de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mote, Frederick W. e Twitchett, Denis (orgs.) 1988 *The Cambridge History of China* (Cambridge: Cambridge University Press) Vol. 7.
- Pearson, Michael 1991 “Merchant and states” em Tracy, James D. (org.) *The political economy of the merchant empires* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Pirenne, Henri 1982 *História econômica e social da Idade Média* (Lisboa: Mestre Jou).
- Serrano, Franklin 2002 “Do ouro imóvel ao dólar flexível” em *Revista Economia e Sociedade* (Campinas) Nº 19.
- Spufford, Peter 1989 *Money and its use in Medieval Europe* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Spufford, Peter 2002 *Power and profit. The merchant in Medieval Europe* (Nova York: Thames & Hudson).

- Tilly, Charles 1996 *Coerção, capital e Estados europeus* (São Paulo: Edusp).
- Wallerstein, Immanuel 1974 *The modern world system* (Nova York: Academic Press).
- Wallerstein, Immanuel 1995a *After liberalism* (Nova York: The New Press).
- Wallerstein, Immanuel 1995b *Após o liberalismo* (Petrópolis: Vozes).
- Wallerstein, Immanuel 2004 *World-Systems analysis* (Londres: Duke University Press).
- Wray, Randall (org.) 2004 *Credit and state theory of money. The contributions of A. Mitchell Innes* (Cheltenham: Edward Elgar).

CyE  
Año I  
Nº 2  
Primer  
Semestre  
2009